

**Coordenação**  
**Tarcisio Teixeira**  
**Américo Ribeiro Magro**

# **PROTEÇÃO DE DADOS**

**Fundamentos jurídicos**

**2020**



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

P967      Proteção de dados: fundamentos jurídicos / coordenadores Tarcisio Teixeira, Américo Ribeiro Magro – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.  
272 p.

Vários autores.  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-442-3137-1.

1. Direitos Fundamentais. 2. Proteção de dados. I. Magro, Américo Ribeiro. II. Teixeira, Tarcisio. III. Título.

CDD 341.27

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO À ANONIMIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM FACE DA ANÁLISE DE BIG DATA DOS METADADOS PRODUZIDOS NO ÂMBITO DA INTERNET DAS COISAS.....</b>	<b>13</b>
1. Introdução .....	14
2. Preliminarmente: Afinal, o que são dados (pessoais)? .....	14
2.1 Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	18
2.2 Metadados.....	20
3. Internet das Coisas e Big Data: Conceitos e correlações.....	23
3.1 Internet das Coisas e o Decreto nº 9.854/2019 .....	28
4. A proteção e a disciplina do tratamento de dados na legislação brasileira .....	30
4.1 O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).....	30
4.2 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).....	34
5. Os dados produzidos na IoT e a (in)eficácia das técnicas de anonimização em face de análises de big data.....	39
6. Conclusões .....	48
7. Referências bibliográficas.....	50
<b>2. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES....</b>	<b>53</b>
1. Introdução .....	53

2.	Sociedade de Informação: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em confluência com o Estatuto da Criança e do Adolescente .....	57
3.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, o tratamento dos dados sensíveis e a tutela de crianças e adolescentes .....	69
4.	Conclusões .....	82
5.	Referências bibliográficas.....	84
<b>3.</b>	<b>A OBRIGATORIEDADE DE ELIMINAÇÃO DE DADOS PESSOAIS APÓS O TÉRMINO DE SEU TRATAMENTO E A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO .....</b>	<b>87</b>
1.	Introdução .....	87
2.	Eliminação dos dados pessoais .....	89
2.1	Eliminação de dados pessoais de crianças e adolescentes .....	91
3.	Direito à eliminação de dados pessoais .....	92
4.	Direito à privacidade.....	96
5.	Direito à informação.....	99
6.	Direito ao esquecimento.....	102
7.	Conclusões .....	109
8.	Referências bibliográficas.....	110
<b>4.</b>	<b>O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LGPD .....</b>	<b>115</b>
1.	Introdução .....	115
2.	A era da informação e dos dados pessoais .....	117
3.	Organização Administrativa Brasileira .....	119
4.	Os princípios constitucionais incidentes na LGPD.....	122
5.	O tratamento de dados pessoais pelas “estatais” .....	126
5.1	Espécies de empresas públicas e de sociedades de economia mista .....	129
6.	Empresas públicas e sociedades de economia mista na LGPD .....	130
6.1	Políticas públicas e as redes de sistemas governamentais .....	132
7.	Conclusões .....	134
8.	Referências bibliográficas .....	135

<b>5. ÔNUS E BÔNUS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TRATAMENTO DE DADOS POR SERVENTIAS NOTARIAIS E REGISTRAS .....</b>	<b>139</b>
1. Introdução .....	140
2. Serventias notariais e registrai.....	141
3. Internet, tecnologia e novas tendências .....	147
4. Adequação às normativas contemporâneas .....	154
5. Conclusões .....	161
6. Referências Bibliográficas.....	164
<b>6. REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA, BOAS PRÁTICAS, GOVERNANÇA E COMPLIANCE NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ..</b>	<b>167</b>
1. Introdução .....	167
2. Proteção dos Dados Pessoais: Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i> .....	170
2.1 Dados Pessoais e o Vazamento de Informações....	170
2.2 Governança Corporativa e Governança de TI .....	173
2.3 Governança: Medidas técnicas e administrativas ..	177
3. Autoridade Nacional, Boas Práticas e <i>Compliance</i> .....	181
3.1 Incidentes de segurança e Boas Práticas.....	181
3.2 Comunicação à Autoridade Nacional .....	183
3.3 Governança, Boas Práticas e <i>Compliance</i> .....	187
4. Conclusões.....	193
5. Referências bibliográficas.....	195
<b>7. A ESTRUTURA E A NATUREZA JURÍDICA DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COM BASE NA LEI Nº 13.853/19 .....</b>	<b>199</b>
1. Introdução .....	199
2. Desenvolvimento .....	201
2.1 Da legislação europeia e requisitos a uma Autoridade de Proteção.....	201
2.2. Da legislação brasileira.....	210
2.2.1 Da natureza transitória da Autoridade de Proteção brasileira.....	210
2.2.2 Da natureza de autarquia de regime especial .....	216

3.	Conclusões .....	223
4.	Referências bibliográficas.....	225
<b>8.</b>	<b>AS LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE BIG DATA À LUZ DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....</b>	<b>229</b>
1.	Introdução .....	230
2.	O Big Data: aspectos gerais e relevantes .....	234
3.	A proteção de dados pessoais no Brasil.....	240
3.1	As demais bases legais para tratamento de dados pessoais .....	248
3.2	A responsabilidade pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) .....	255
4.	Conclusões .....	260
5.	Referências bibliográficas.....	262